



PLANO  
NACIONAL  
DE CULTURA

Método e memória da  
participação social no  
**Novo Plano Nacional  
de Cultura**

# MINISTÉRIO DA CULTURA

**Ministra da Cultura**  
Margareth Menezes

**Secretário-executivo**  
Márcio Tavares dos Santos

## **Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE)**

Letícia Schwarz

Letícia Nery

Sofia Mettenheim

Adryelle Arouche

Danyella Proença

## **Consultoras técnicas da UNESCO**

Laila Bellix

Thaynah Gutierrez



## **Elaboração**

Laila Bellix

## **Revisão**

Letícia Nery

Danyella Proença

## **Diagramação**

Ascom/MinC

# **SUMÁRIO**

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>7</b>
4ª Conferência Nacional de Cultura e processos de escuta:	
início da participação	7
Desenho do processo participativo	12
<b>Capítulo 2</b>	<b>15</b>
O processo participativo	15
Oficinas presenciais	15
Processos digitais	22
Enquetes:	22
<b>Capítulo 3</b>	<b>24</b>
Análise das contribuições	24
Problemas	26
Princípios, Diretrizes, Preâmbulo e Transversalidades	28
Objetivos	28
Processo de Validação dos Princípios, Diretrizes, Preâmbulo, Transversalidades e Objetivos	30
Metas	30
<b>Capítulo 4</b>	<b>34</b>
Devolutivas	34
Preâmbulos	34
Princípios, diretrizes e transversalidades	35
Problemas	36
Objetivos	36
Metas	36
Quadro geral da devolutiva	38
<b>Conclusão</b>	<b>39</b>

## Introdução

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é uma ferramenta fundamental para organizar e orientar as políticas culturais no Brasil. Criado com base no artigo 215 da Constituição Federal, ele define princípios, diretrizes, objetivos e metas para os próximos dez anos, representando o compromisso da União, dos estados e dos municípios com a valorização da cultura.

O Brasil já contou com um primeiro Plano Nacional de Cultura entre os anos de 2010 a 2024. Em 2024, o governo federal passou a elaborar um novo Plano Nacional de Cultura, que foi estruturado a partir de um processo amplamente participativo.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) marcou o início das etapas de participação para a criação do novo Plano Nacional de Cultura. Durante a Conferência, foram realizadas discussões em grupo, consultas e deliberações de propostas que ajudaram a definir os elementos estratégicos do Plano.

Na sequência desse processo, foram realizadas oficinas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), organizadas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e com o apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Essas oficinas tiveram como objetivo definir os temas principais, identificar os problemas mais urgentes e criar os objetivos e sugestões de metas para o Plano.

Essa etapa também foi de desenho das fases do processo de participação, que usou métodos tanto online quanto presenciais. O planejamento incluiu a criação de estratégias para engajar as pessoas, ferramentas para coletar opiniões e formas de organizar as informações, sempre considerando as diferenças regionais e setoriais. A combinação de formatos online e presenciais foi pensada para garantir que mais pessoas pudessem participar e para promover o diálogo entre os diferentes grupos envolvidos. O processo participativo contou com o apoio técnico da Unesco.

Em outubro de 2024, foi lançado o processo participativo do novo Plano, permitindo que qualquer pessoa pudesse contribuir diretamente com a sua criação. Por meio de uma página especial na plataforma do Brasil Participativo ([gov.br/pncparticipativo](http://gov.br/pncparticipativo)), a população pôde dar sua opinião sobre temas culturais, sugerir metas, votar nas propostas mais importantes e comentar os textos preparados pelo Ministério da Cultura. Além do digital, foram realizadas oficinas presenciais em várias regiões do país, garantindo que o processo fosse inclusivo e acessível a todos. Nas oficinas, as pessoas participavam de uma jornada de colaboração na identificação dos problemas, objetivos e possíveis metas para o novo Plano.

As contribuições coletadas durante as oficinas presenciais e por meio da plataforma digital representaram um insumo essencial para o aprimoramento do Novo Plano Nacional de Cultura. Essas propostas, vindas de diferentes regiões, setores e grupos sociais, trouxeram uma diversidade de perspectivas e demandas que enriqueceram o processo de elaboração do Plano. A análise e a categorização dessas contribuições permitiram identificar pontos comuns, prioridades e desafios específicos, analisados para que o Novo PNC reflita as reais necessidades e aspirações da sociedade brasileira.

Este **Relatório Metodológico** visa sistematizar e explicar de forma clara e transparente a metodologia utilizada durante todo o processo participativo, desde a formulação até a devolutiva das contribuições recebidas. Ao detalhar os passos e critérios adotados, garantimos que todas as etapas sejam compreensíveis e acessíveis, reforçando o compromisso com a transparência e a devolutiva à sociedade.

Nas próximas páginas, é possível encontrar a trilha da participação no Novo Plano Nacional de Cultura. No capítulo 1, será apresentado o desenho do processo participativo que iniciou-se na 4ª Conferência Nacional de Cultura, em março de 2024, e seguiu até a última etapa digital no Brasil Participativo, em janeiro de 2025. No segundo capítulo, está detalhado o processo de participação presencial e digital que aconteceu após a Conferência e foi focado nos temas do Plano Nacional de Cultura. O terceiro capítulo traz como foram feitas as análises das contribuições que vieram por meio da participação social, explicando os critérios e procedimentos para a tomada de decisão. Por fim, o último capítulo apresenta como foram entregues as devolutivas para a sociedade brasileira.

Esperamos que esse material apoie em processos de abertura do governo e sirva como inspiração para diálogos permanentes entre o poder público e a população, qualificando as políticas públicas.

**Boa leitura!**

## CAPÍTULO 1

### **4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura e processos de escuta: início da participação**

O Novo Plano Nacional de Cultura (PNC) foi construído a partir de uma trilha de processos de participação social que buscou ampliar e consolidar os mecanismos democráticos para o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil.

A **4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura (CNC)**, realizada de 4 a 8 de março de 2024, em Brasília, marcou um momento decisivo para a construção do Novo Plano Nacional de Cultura (PNC). Com o tema “Democracia e Direito à Cultura”, foi antecedida por diversas etapas participativas em municípios, estados e no Distrito Federal, onde foram levantadas propostas e demandas. Em Brasília, o evento reuniu cerca de 5 mil participantes de todo o país, retomando, após uma década, um espaço essencial de debate e deliberação sobre as políticas culturais brasileiras. A Conferência foi o ponto de partida para a formulação do novo Plano, pois trouxe colaborações para as diretrizes, princípios e prioridades que orientaram as etapas seguintes do processo participativo.

Durante a Conferência, foram realizados debates em grupos de trabalho e plenárias, que culminaram na aprovação de 30 propostas prioritárias para a Cultura, gerando um **relatório final**: o principal insumo para a criação do novo PNC.



4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura- Foto: Paulo Caveira

Foram realizadas, também, **rodas de conversa específicas** sobre o Plano, nas quais os participantes contribuíram com reflexões sobre os desafios e caminhos para a política cultural nos próximos anos.



Roda de conversa Novo PNC - 4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura -Foto: Victor Vec / MinC

Além disso, foi promovida a **escuta sobre os princípios** do Plano, permitindo a construção coletiva de uma base estruturada para seu desenvolvimento. Para tanto, foi criado um **formulário**, aplicado durante a 4<sup>a</sup> CNC e respondido por 63 participantes, onde as pessoas podiam opinar sobre a manutenção dos princípios do plano passado e sugerir a inclusão de novos.

#### Alterações



#### Novos princípios



Paralelamente à 4<sup>a</sup> CNC e aberta por um período de um mês, foi realizada a primeira consulta pública digital, na qual cidadãos e agentes culturais puderam expressar suas expectativas sobre o novo Plano. Por meio da plataforma **Participa + Brasil**, os participantes responderam à pergunta: “O que você espera do Novo Plano Nacional de Cultura?” Foram coletadas 360 contribuições, categorizadas em 135 ações, 102 expectativas, 75 objetivos, 23 diretrizes, 14 princípios e 11 problemas.



A sistematização de todas as contribuições, oriundas da Conferência e do processo digital, foi realizada por meio de um processo de aglutinação e proximidade temática, garantindo a organização coerente das propostas e a incorporação ampla e democrática das demandas da sociedade.

Importante destacar que, para garantir a organização e a clareza na construção do Novo Plano Nacional de Cultura (PNC), foi realizada uma **definição detalhada dos elementos metodológicos** que compõem sua estrutura. Esse trabalho foi fundamental para alinhar expectativas entre os participantes, estabelecer nomenclaturas comuns e categorizar adequadamente as propostas recebidas ao longo do processo participativo. A definição desses elementos permitiu que todas as contribuições fossem analisadas dentro de um referencial claro, evitando ambiguidades e assegurando que cada sugestão fosse incorporada de maneira consistente ao planejamento cultural.

Nesse sentido, o processo de sistematização seguiu um critério metodológico que diferenciou os diversos componentes do Plano. Foram estabelecidos conceitos distintos para diretrizes, que orientam princípios gerais da política cultural; objetivos, que representam os grandes propósitos a serem alcançados; e metas, que traduzem essas direções em ações concretas e mensuráveis. Essa categorização permitiu que as propostas fossem organizadas de forma estruturada, facilitando tanto a análise técnica quanto a comunicação com a sociedade, tornando o Plano mais acessível e comprehensível para diferentes públicos.

Além de aprimorar a estrutura do Plano, a definição desses elementos metodológicos ajudou a construir um consenso sobre o escopo e a função de cada contribuição dentro do documento final. Esse alinhamento foi essencial para dar coerência ao processo participativo, garantindo que todas as propostas recebessem um tratamento adequado e compatível com os objetivos do Plano.

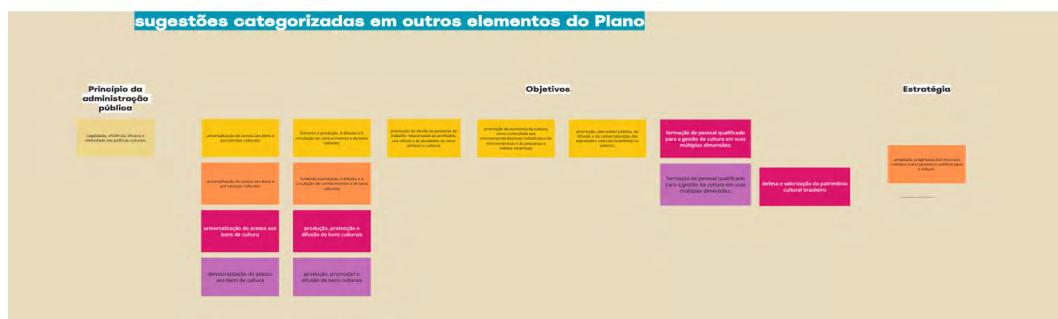
# SISTEMATIZAÇÃO DIRETRIZES E PRINCÍPIOS



## PRINCÍPIOS



## DIRETRIZES



*Sistematização de conteúdos sobre princípios e diretrizes, considerando normas legais e contribuições do processo participativo*

*[Link do Miro](#)*

Após a realização da 4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura (CNC), foram promovidas oficinas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conduzidas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) e com apoio técnico da Unesco. Essas oficinas se debruçaram nas 30 propostas priorizadas na 4<sup>a</sup> CNC e desempenharam um papel importante na definição dos eixos temáticos, na identificação de problemas prioritários e na formulação de uma primeira versão de objetivos e sugestões de metas. Nesse sentido, o acúmulo vindo do processo conferencial, somado às escutas realizadas, foram fundamentais na elaboração dos primeiros conteúdos e propostas para o novo Plano Nacional de Cultura que, posteriormente, passou por novas etapas de participação.

## **Desenho do processo participativo**

De modo paralelo à construção de conteúdos e posteriormente à 4<sup>a</sup> CNC, foi realizada a etapa de desenho do processo participativo. O planejamento envolveu o levantamento, estudo e definição de estratégias de engajamento, ferramentas, processos e formas de sistematização, com foco em atender às especificidades regionais. A integração entre formatos digital e presencial foi cuidadosamente desenhada para ampliar a representatividade e fomentar o diálogo entre os diferentes públicos envolvidos.

Com base nesse processo inicial de escuta, as equipes técnicas da Unesco e da SGE passaram a desenvolver a metodologia e os próximos passos para o processo participativo. A metodologia adotada no processo participativo do PNC foi concebida para fortalecer a legitimidade da política cultural, ampliar e diversificar o público engajado e estimular a educação política no setor cultural. A seguir, estão os principais objetivos dessa abordagem:

- Definir prioridades das políticas culturais;
- Ampliar e diversificar o público engajado;
- Fortalecer a educação política e o monitoramento das políticas culturais;
- Criar novas narrativas sobre a cultura pública.

A participação social no PNC foi estruturada para aprofundar aspectos democráticos de diálogo e escuta e, para tanto, teve as seguintes diretrizes:

- Uso de linguagem simples e acessível;
- Combinação de participação online e presencial;
- Garantia de acessibilidade universal;
- Promoção da educação política e do letramento digital;
- Engajamento contínuo com territórios e comunidades;
- Uso de tecnologias livres e ferramentas variadas.

Esse desenho do processo participativo foi apresentado e discutido em oficinas com gestores públicos do Ministério da Cultura, Secretaria Nacional de Participação e com membros do Conselho Nacional de

Política Cultural (CNPC). Além disso, foi apresentado para os Escritórios e Comitês de Cultura para trocas, com identificação de possíveis pontos de atenção.

De modo geral, o processo de construção do Plano Nacional de Cultura foi desenhado para garantir uma participação ampla e inclusiva, combinando ferramentas digitais e encontros presenciais.

A etapa presencial de construção do Plano Nacional de Cultura foi desenhada para territorializar as discussões sobre políticas culturais, contemplando todas as regiões e estados do país, com adoção de metodologia que visava assegurar que cada território tivesse voz no processo, valorizando a pluralidade de perspectivas e experiências culturais.

As oficinas presenciais criaram espaços de escuta, troca e cocriação, nos quais agentes culturais, gestores públicos e representantes da sociedade civil puderam debater, de forma aprofundada, os principais desafios e potencialidades para a cultura no Brasil, além de sugerir resultados que gostariam de ver no campo cultural em 10 anos. Facilitadas por equipes técnicas da Unesco e do Ministério da Cultura, essas atividades permitiram a discussão estruturada de problemas, objetivos e metas, respeitando as especificidades locais. A sistematização das contribuições, realizada através da plataforma digital do Brasil Participativo, representou uma inovação ao integrar as dimensões presencial e online do processo participativo.

O processo foi estruturado para garantir que as discussões presenciais fossem profundamente enraizadas na realidade local e, ao mesmo tempo, conectadas a um debate nacional. Dessa forma, as oficinas não apenas deram visibilidade às demandas culturais de cada região, mas também permitiram a construção de consensos e diretrizes compartilhadas.

No âmbito digital, o processo foi desenhado utilizando a plataforma Brasil Participativo, baseada na ferramenta *Decidim*, para garantir um ambiente acessível, transparente e inclusivo para a participação social. A escolha dessa tecnologia permitiu estruturar um processo amplo e diverso, utilizando todas as funcionalidades da ferramenta para engajar cidadãos,

organizações, coletivos e movimentos na construção das políticas culturais para os próximos 10 anos. Dessa forma, o Brasil Participativo permitiu estruturar um fluxo que contemplasse desde a entrada de cidadãos sem familiaridade com processos participativos até a consolidação de um documento robusto, refletindo as contribuições coletadas. Cada etapa foi desenhada para reduzir barreiras à participação e fortalecer a interlocução entre sociedade e governo.

Para ampliar a participação de públicos não especializados, o processo teve um canal de entrada acessível por meio de enquetes. Essa abordagem permitiu que qualquer pessoa pudesse expressar suas percepções iniciais sobre a cultura no Brasil sem precisar formular propostas detalhadas, criando um ponto de partida mais inclusivo. A partir dessas interações, a estrutura do processo foi se aprofundando, garantindo que tanto manifestações espontâneas quanto contribuições mais elaboradas fossem incorporadas.

A possibilidade de propor metas foi central para garantir que as pessoas pudessem ir além do diagnóstico e se engajar na formulação de políticas. O processo permitiu que as pessoas apresentassem suas próprias propostas sobre os rumos da cultura. Além disso, a integração das oficinas presenciais com a plataforma digital foi uma inovação importante, permitindo que as propostas territoriais fossem sistematizadas e que houvesse engajamento digital em torno delas, ampliando o alcance do debate.

Um dos principais diferenciais desse desenho foi a incorporação direta das contribuições ao texto-base do Plano Nacional de Cultura, garantindo que todas as manifestações fossem consideradas e organizadas de forma transparente. Buscou-se, ainda, desenvolver integrações com aplicativos de mensagens para facilitar o acesso à participação digital, mas desafios técnicos impediram sua viabilização. Ainda assim, o modelo implementado reforçou a importância de ferramentas digitais abertas para processos participativos, garantindo um modelo inclusivo e replicável para futuras iniciativas de construção coletiva de políticas públicas.



## **CAPÍTULO 2**

### **O processo participativo**

O desenvolvimento do Novo Plano Nacional de Cultura (PNC) envolveu diversas etapas participativas, visando coletar contribuições da sociedade civil para a formulação de políticas culturais para a próxima década. Esse amplo esforço de mobilização, liderado pelo Ministério da Cultura (MinC) com apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e colaboração de diversos atores, combinou métodos digitais e presenciais para garantir uma participação inclusiva e acessível de diferentes setores e regiões do país.

#### **Oficinas presenciais**

De outubro a dezembro de 2024, foram realizadas oficinas presenciais em todas as unidades federativas do Brasil, com o intuito de ouvir a sociedade civil para qualificar a discussão do texto-base do novo Plano Nacional de Cultura (PNC). A metodologia adotada priorizou o diálogo e a construção coletiva, com base nos princípios da escuta ativa, da participação descentralizada e da valorização da diversidade de perspectivas territoriais e culturais.

Durante os encontros, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para debater os oito eixos estruturantes do novo PNC:

- 1. Gestão e Participação Social**

- 2.** Fomento à Cultura
- 3.** Patrimônio e Memória
- 4.** Formação
- 5.** Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Culturais
- 6.** Economia Criativa, Proteção Social, Emprego e Renda
- 7.** Bem Viver e Justiça Climática
- 8.** Cultura Digital e Direitos Culturais

A oficina foi organizada em quatro momentos principais:

## **Primeiro momento**

Apresentação do percurso de construção do Plano desde a Conferência Nacional de Cultura até a elaboração do texto-base do novo PNC:

## **Segundo momento**

**Diagnóstico por eixo e análise dos objetivos.**

Os participantes debateram os desafios e objetivos do eixo selecionado, a partir de duas perguntas-chave:

- 1.** *Olhando para seu território e realidade, quais são os principais problemas enfrentados neste eixo?*
- 2.** *Considerando esses problemas, há algo nos objetivos que deveria ser aprimorado para refletir melhor os desejos e necessidades para os próximos 10 anos?*

## **Terceiro momento**

**Construção em grupos dos resultados esperados para cada eixo:**

Os participantes foram convidados a imaginar o futuro, através da seguinte pergunta: *"Estamos em 2035. As manchetes dos jornais estão celebrando as principais conquistas do PNC relacionadas a este eixo. Se tivermos*

*atingido todos os nossos objetivos, quais seriam essas manchetes?" .*

Após a construção das manchetes, os grupos identificavam os principais resultados nelas contidos e elaboravam um "rascunho de meta" associado a cada um desses resultados.

## Quarto momento

**Compartilhamento dos resultados e próximos passos do processo participativo:**

Após a apresentação dos resultados construídos por cada grupo, foram dadas orientações sobre como a sociedade poderia continuar acompanhando e contribuindo com a construção do PNC por meio da plataforma Brasil Participativo e de outras estratégias de engajamento.



*Oficina Territorial do Plano Nacional de Cultura - Distrito Federal - 01/10/2024 - Foto: Filipe Araújo/ MinC*



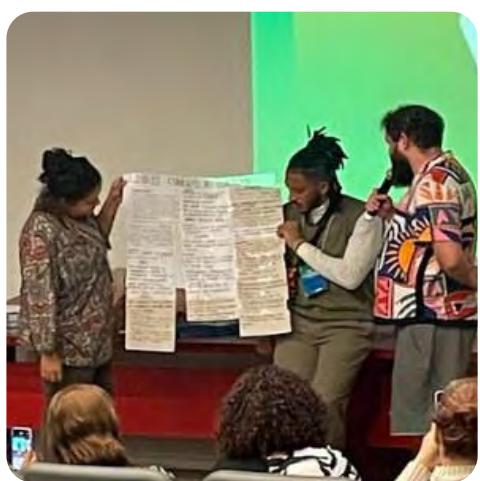
Oficina Territorial Acre - 23/10/2024 - Foto: Leila Evelyn



Oficina territorial Mato Grosso do Sul - 09/10/2024



Oficina territorial Paraíba - 04/12/2022



Oficina Territorial São Paulo -  
09/11/2024 - Foto: Comitê de Cultura  
de São Paulo



Oficina Territorial Minas Gerais - 29/11/2024



Oficina Territorial Rio Grande do Sul - 23/11/2024.



Oficina Territorial Santa Catarina - 29/10/2024.



Oficina Territorial Tocantins - 18/11/2024.



Oficina Territorial Mato Grosso - 28/11/2024.



Oficina Territorial Ceará- 22/11/2024.



Oficina Territorial Bahia - 13/12/2024.

O cronograma de realização das oficinas nos 27 estados foi o seguinte:

Estado	Data
Distrito Federal	01/10/2024
Mato Grosso do Sul	08 e 09/10/2024
Pernambuco	19 e 20/10/2024
Maranhão	19 e 20/10/2024
Sergipe	22 e 23/10/2024
Acre	22 e 23/10/2024
Santa Catarina	29 e 30/10/2024
Paraná	30 e 31/10/2024
Alagoas	06 e 07/11/2024
Pará	06 e 07/11/2024
São Paulo	08 e 09/11/2024
Amapá	08 e 09/11/2024
Amazonas	12 e 13/11/2024
Roraima	18 e 19/11/2024
Tocantins	18 e 19/11/2024
Ceará	22 e 23/11/2024
Rio Grande do Sul	22 e 23/11/2024
Mato Grosso	28 e 29/11/2024
Minas Gerais	29/11/2024
Espírito Santo	03 e 04/12/2024
Paraíba	03 e 04/12/2024
Goiás	07/12/2024 - virtual
Rio de Janeiro	10/12/2024 - virtual
Rio Grande do Norte	11/12/2024 - virtual
Piauí	11/12/2024 - virtual
Rondônia	13 e 14/12/2024
Bahia	13 e 14/12/2024

## Processos digitais

Durante os meses de setembro de 2024 a janeiro de 2025, o Ministério da Cultura disponibilizou diversas formas de participação digital para a construção do novo Plano Nacional de Cultura na plataforma do Brasil Participativo ([gov.br/pncparticipativo](http://gov.br/pncparticipativo)). Ao longo de 83 dias, mais de 85 mil pessoas acessaram a página dedicada ao novo PNC, gerando mais de 330 mil visualizações.

**Enquetes:** O processo iniciou-se com a etapa de enquetes, que serviram para mapear percepções e prioridades da sociedade em relação à cultura. Essa funcionalidade permitiu coletar um panorama inicial das opiniões do público e orientar o debate sobre o tema.

As enquetes foram uma forma simples e direta de participação, na qual os cidadãos puderam concordar ou discordar de frases relacionadas aos principais temas do novo Plano Nacional de Cultura. O objetivo das enquetes foi identificar os temas de maior mobilização e consenso entre os participantes. Mais de 4 mil pessoas participaram ativamente das enquetes e foi possível identificar temas de maior mobilização - como o papel da cultura na sociedade, saúde mental e redução da criminalidade - e os temas de menor convergência - papel da religiosidade e da Lei Rouanet.

**Proposta-base:** a funcionalidade de comentários por parágrafos no texto base desempenhou um papel essencial ao permitir que os usuários interagissem entre si e aprimorassem as propostas de forma colaborativa.

As pessoas puderam sugerir melhorias para a primeira versão do texto que define princípios, diretrizes, transversalidades e objetivos de cada eixo do novo Plano Nacional de Cultura. Foram inseridas na Plataforma 456 contribuições para esses conteúdos.

**Metas:** a funcionalidade de propostas de metas possibilitou que cidadãos, coletivos e instituições contribuissemativamente para a formulação do novo Plano Nacional de Cultura. Para garantir ainda mais legitimidade ao processo, a funcionalidade de votação foi utilizada para permitir que os participantes priorizassem as propostas de metas mais relevantes para o novo Plano.

Com essa funcionalidade, as pessoas puderam sugerir metas que o Plano Nacional de Cultura deve atingir até 2035. Ao todo, mais de 1 mil propostas foram apresentadas, que mobilizaram cerca de 24 mil votos.

**Oficinas:** além disso, o processo inovou ao combinar a participação online com momentos presenciais, por meio da funcionalidade de oficinas. Uma inovação metodológica importante foi o esforço para integrar as contribuições presenciais com as digitais, consolidando em um único ambiente as ideias discutidas nos encontros físicos e nas interações pela Plataforma. Na página das oficinas, as pessoas poderiam se informar e verificar que propostas foram feitas nos diferentes territórios. Essas propostas eram registradas na aba de metas e ficavam como hiperlink nessa página.



## **CAPÍTULO 3**

### **Análise das contribuições**

Antes dos detalhamentos das etapas, é fundamental fazer uma ponderação metodológica: embora as contribuições tenham sido analisadas individualmente dentro de cada parte do Plano — como objetivos, princípios e diretrizes — o Ministério considerou o conjunto total das propostas para definir alterações e inclusões. Isso significa que uma contribuição feita como objetivo, por exemplo, pode ter sido incorporada como diretriz ou princípio, conforme sua melhor adequação ao texto final. Esse cuidado foi uma forma de respeitar e traduzir as demandas recebidas, mesmo quando elas não estavam alocadas exatamente na parte correta do Plano. O importante foi garantir que as ideias e as necessidades trazidas pela participação fossem contempladas de forma coerente e consistente no resultado.

#### **Etapa 1**

##### **Sistematização das propostas**

Após a realização das oficinas presenciais e da participação digital na plataforma Brasil Participativo, a primeira etapa foi marcada por uma série de ações estratégicas para organizar, analisar e consolidar as contribuições recebidas.

**Passo 1: Coleta e Consolidação das Contribuições:** o primeiro movimento consistiu na compilação das propostas oriundas tanto das oficinas presenciais quanto da plataforma digital em uma planilha, disponível em dados abertos aqui. Esse processo envolveu a extração e a organização das informações brutas, garantindo que nenhuma contribuição fosse descartada ou desconsiderada.

**Passo 2: Categorização por Origem:** as propostas foram organizadas com base em sua origem, diferenciando-se entre aquelas que emergiram nas oficinas presenciais e aquelas que foram registradas na Plataforma Brasil Participativo.

CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS	CONTRIBUIÇÕES DA PLATAFORMA
Problemas	Princípios, diretrizes, preâmbulo e transversalidades
Objetivos	Objetivos
Metas	Metas

Essa separação inicial permitiu compreender as especificidades das contribuições presenciais e digitais, facilitando análises comparativas. Foram criados códigos de identificação para cada proposta, vinculados a problemas, objetivos e eixos relacionados.

*Exemplos de código para contribuições em Objetivos de Oficinas:*

Nº CONTRIBUIÇÃO OBJETIVOS	CÓDIGO OBJETIVO	LOCAL DA OFICINA
O1	#E1O1	MS
O2	#E2O1	MS
O3	#E3O1	MS
O4	#E4O1	MS
O5	#E4O2	MS

Ao todo, foram sistematizadas 3.305 contribuições, distribuídas da seguinte forma:

- 68 contribuições de textos para o **preâmbulo** do Plano
  - 38 contribuições de textos para **diretrizes**
  - 108 contribuições de textos para **princípios**
  - 25 contribuições de textos para **transversalidades**
  - 1.317 contribuições de **problemas** identificados nos eixos do Plano
  - 535 contribuições de textos para **objetivos**, sendo 204 da plataforma e 331 das oficinas
  - 1.214 contribuições de **metas**, sendo 569 oriundas somente Plataforma e 645 das oficinas, também cadastradas na Plataforma
- O link para as planilhas, em dados abertos, com sistematização das contribuições e devolutivas das sugestões do Brasil Participativo está disponível [aqui](#).*

## Etapa 2

### Análises das contribuições

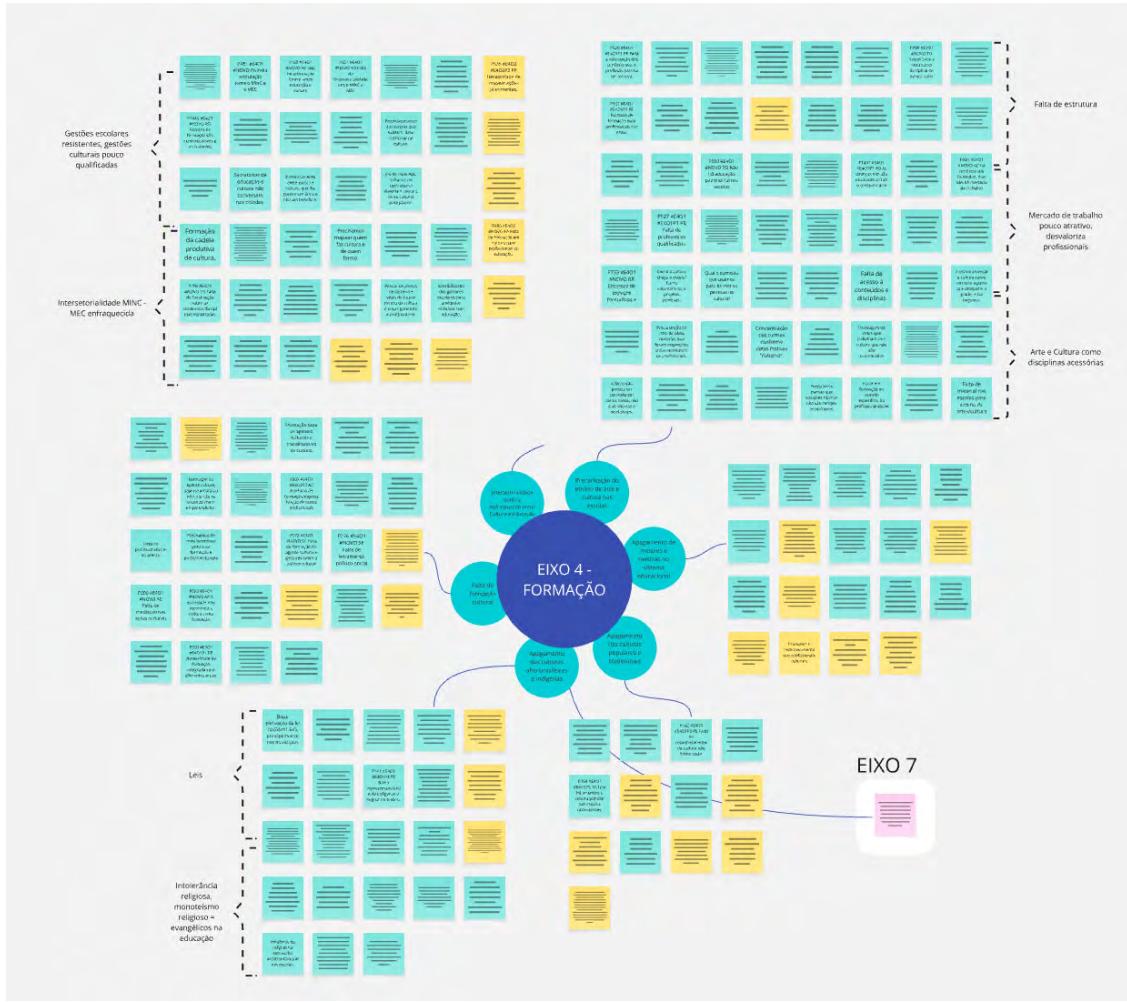
A segunda etapa envolveu a análise detalhada de todas as contribuições coletadas ao longo do processo participativo e organizadas na primeira etapa.

### Problemas

A análise do conteúdo de problemas foi uma etapa fundamental para organizar, categorizar e refinar as demandas apresentadas pela sociedade. Esse processo garantiu que os problemas fossem claramente definidos e contextualizados, servindo como base para a elaboração dos objetivos e sugestões de metas do Novo Plano.

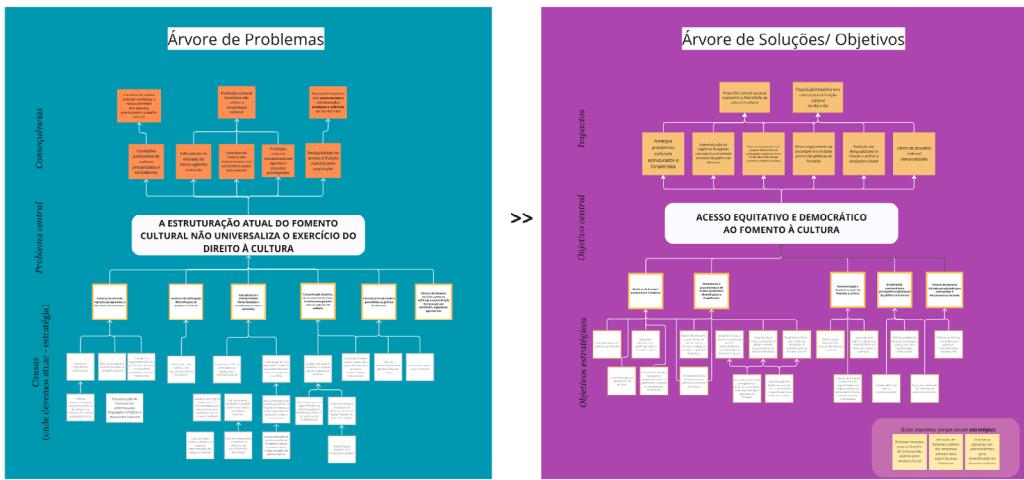
**Passo 1: Aglutinação de problemas similares:** as contribuições foram agrupadas com base em temas recorrentes, identificando os problemas mais citados e relevantes. Essa aglutinação permitiu visualizar as prioridades e os desafios comuns enfrentados pelo setor cultural em diferentes regiões e contextos.

**Passo 2: Categorização de problemas similares:** classificação das contribuições conforme eixos temáticos, garantindo que cada problema seja analisado em um contexto mais amplo.



## *Exemplo de aglutinação de problemas oriundos das Oficinas no Eixo 4 - Formação*

**Passo 3: Árvore de problemas e soluções:** com base na redação final dos problemas, foram estruturadas árvores de problemas para cada eixo temático. Essa ferramenta permitiu visualizar causas, consequências e inter-relações entre os desafios identificados, facilitando a definição de árvores de soluções, que mostram objetivos e resultados esperados e auxiliam na definição de estratégias e ações adequadas para enfrentar os problemas.



## *Exemplo da árvore de problemas e soluções do Eixo 2 - Fomento à Cultura*

## **Princípios, Diretrizes, Preâmbulo e Transversalidades**

**Passo 1: Categorização das contribuições:** a tarefa principal dessa etapa consistiu em categorizar as contribuições para o capítulo conceitual e estratégico do Plano que engloba princípios, diretrizes, preâmbulo e transversalidades. Todas as contribuições tiveram como origem a Plataforma do Brasil Participativo.

As categorias foram divididas em:

- a.** Conteúdos já previstos em normas vigentes: identificação e agrupamento das contribuições que tratam de conteúdos previstos em normativas legais ou instrumentos do Ministério da Cultura.
  - b.** Conteúdos inéditos: identificação e agrupamento das contribuições inéditas.

## Objetivos

A análise das contribuições voltadas para os objetivos do PNC seguiu um processo estruturado em quatro passos principais:

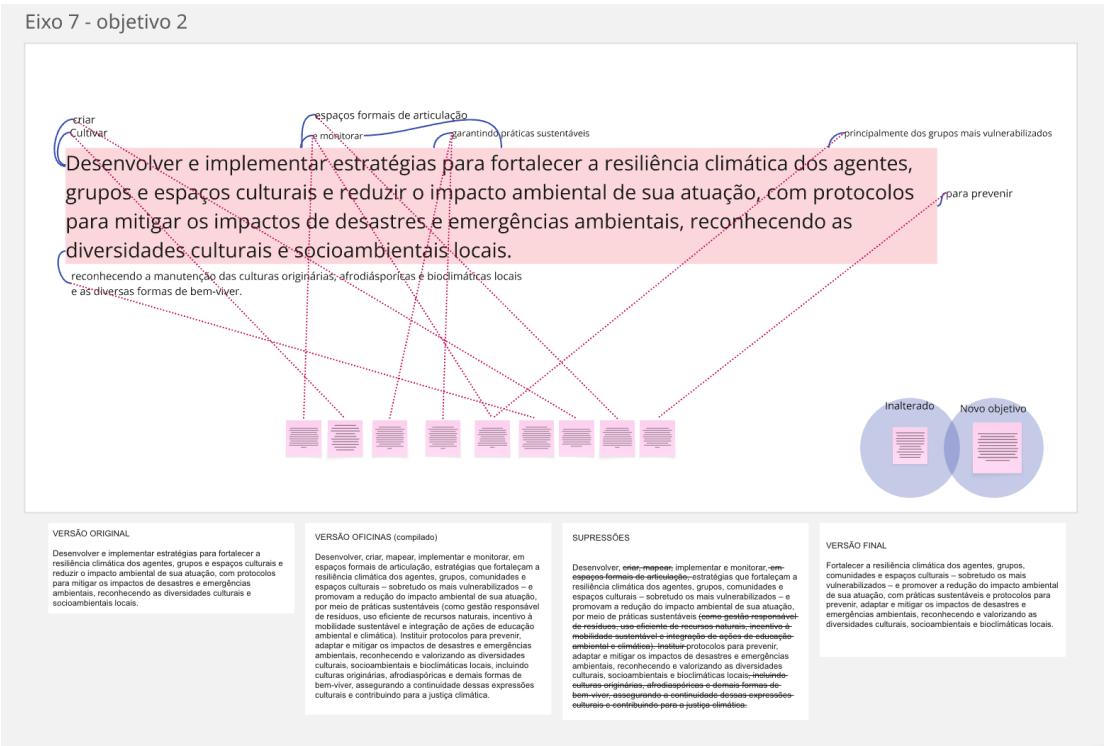
**Passo 1: Análise de escopo:** neste passo, cada contribuição foi avaliada para verificar se tratava efetivamente de uma proposta relacionada

a objetivos ou se abordava outros aspectos, como princípios, diretrizes ou metas. Essa triagem foi essencial para filtrar e organizar as propostas relativas aos objetivos do Novo Plano.

## **Passo 2: Compilação de todas as propostas de textos**

- Compilação de todos os acréscimos: todas as propostas que sugeriam a inclusão de novos objetivos foram reunidas e organizadas por temas e eixos. Essa compilação permitiu visualizar as áreas mais demandadas e as prioridades apontadas pela sociedade.
- Compilação de todas as supressões: as contribuições que propunham a retirada ou revisão de objetivos já existentes também foram compiladas e analisadas. Essa etapa foi importante para identificar possíveis redundâncias e ausências nos objetivos anteriores.

Eixo 7 - objetivo 2



*Exemplo de aglutinação e análise dos objetivos do Eixo 7 - Cultura e Justiça Climática*

**Passo 3: Comparação da árvore de problemas:** para garantir que os objetivos propostos estivessem alinhados com os problemas identificados, foi realizada uma comparação entre a árvore de problemas e os objetivos sugeridos. Essa análise cruzada permitiu verificar se todos os problemas centrais tinham objetivos correspondentes que

buscassem solucioná-los ou mitigá-los. Além disso, ajudou a identificar possíveis lacunas ou desequilíbrios entre os eixos temáticos.

**Passo 4: Proposta de redação dos objetivos:** com base nas contribuições compiladas e na análise comparativa, foi iniciada a redação dos objetivos. Para isso, foram adotados os seguintes critérios de decisão:

- Foco nos temas principais: as propostas foram organizadas em torno dos temas mais recorrentes e relevantes, garantindo que os objetivos refletissem as prioridades da sociedade.
- Clareza e simplicidade: os textos foram escritos de forma direta e acessível, evitando termos técnicos ou complexos.
- Padronização: os objetivos foram redigidos em um formato uniforme, facilitando sua compreensão e implementação.

## Processo de Validação dos Princípios, Diretrizes, Preâmbulo, Transversalidades e Objetivos

**Passo 1:** Discussão interna na Subsecretaria de Gestão Estratégica para elaboração de propostas que incorporam as participações recebidas e redação da minuta do Projeto de Lei.

**Passo 2:** Avaliação das propostas e texto da minuta do Projeto de Lei pela Secretaria-Executiva e Sistema MinC.

**Passo 3:** Aprovação da proposta de conteúdo do Projeto de Lei no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em reunião realizada no dia 28 de abril de 2025.

**Passo 4:** Validação final dos conteúdos pela Casa Civil e envio para o Congresso do Projeto de Lei.

## Metas

Esta etapa ocorrerá concomitante à análise do Projeto de Lei pelo Congresso Nacional. As metas serão construídas com base nas propostas priorizadas na 4ª CNC e nas contribuições recebidas durante as oficinas

presenciais e na plataforma digital, e serão instituídas por meio de ato do Poder Executivo em até 90 dias da aprovação do Projeto de Lei pelo Congresso Nacional.

Para a formulação de redações iniciais de metas a serem discutidas e qualificadas nas fases posteriores, foram realizadas etapas de organização, análise e refinamento das propostas das oficinas territoriais e do processo digital de participação. A seguir, detalhamos os passos metodológicos que orientaram a sistematização das propostas oriundas das oficinas:

**Passo 1: Aglutinação de propostas similares:** as contribuições relacionadas às metas foram reunidas e agrupadas de acordo com sua semelhança temática. Essa aglutinação permitiu identificar padrões e prioridades, evitando redundância e garantindo que todas as áreas relevantes fossem contempladas.

**Passo 2: Categorização de propostas similares em grandes temas:** as propostas aglutinadas foram organizadas em grandes temas que dialogam com resultados esperados para as questões levantadas. Essa categorização facilitou a análise e a definição de metas específicas para cada eixo, garantindo que o Novo PNC aborde de forma equilibrada os diferentes desafios do setor cultural.

**Passo 3: Construção de resultados esperados:** para cada tema, foram definidos os resultados esperados, ou seja, os impactos concretos que as metas deveriam gerar. Esses resultados foram formulados com base nas demandas da sociedade e na análise dos problemas identificados.



## *Exemplo de aglutinação de propostas de metas do Eixo 8 - Cultura e Direitos Digitais*

**Passo 4: Análise de incorporação:** as propostas de metas serão avaliadas seguindo critérios como:

- Enfoque do Plano: verificação se a proposta se encaixa no escopo do Plano Nacional de Cultura ou de outros instrumentos [por exemplo, setoriais]
  - Pertinência metodológica: análise se a proposta versa sobre metas ou se aporta a outro conteúdo do Plano (objetivo, diretriz, ação, etc)
  - Viabilidade: análise da viabilidade de implementação da proposta
  - Impacto: verificação do impacto de longo prazo no horizonte de 10 anos do Plano
  - Aderência aos objetivos: análise se a meta contribui diretamente para o alcance dos objetivos do PNC

Em relação às propostas vindas da Plataforma do Brasil Participativo, estão sendo analisadas as 5 propostas mais votadas por eixo.

**Passo 1: Análise de escopo:** neste passo, cada contribuição foi avaliada para verificar se tratava efetivamente de uma proposta relacionada a uma meta ou se abordava outros aspectos, como princípios, diretrizes ou objetivos. Além disso, analisou a pertinência de escopo, se eram setoriais ou do Plano. Essa triagem foi essencial para filtrar e organizar as propostas relativas aos objetivos do Novo Plano.

**Passo 2: Análise de conteúdo:** após a verificação de escopo, cada proposta foi integralmente analisada em relação ao seu conteúdo. Isso foi essencial para que as propostas fossem encaminhadas às áreas técnicas para análise e produção de devolutivas.

**Passo 3: Consolidação das respostas:** cada área técnica do Ministério da Cultura ou de suas vinculadas fará uma análise da capacidade de integração da proposta e, também, o que tem sido feito nessa linha.

Consolidação do texto das metas e definição de indicadores: após as etapas anteriores, as metas serão trabalhadas e qualificadas por reuniões técnicas do Sistema MinC e do Conselho Nacional de Política Cultural, e pactuadas no Sistema Nacional de Cultura. Também será realizado um processo de definição de indicadores de acompanhamento das metas, com o envolvimento de diversos atores, pesquisadores e especialistas.

## **CAPÍTULO 4**

### **Devolutivas**

A terceira etapa do processo de sistematização das contribuições do Plano Nacional de Cultura (PNC) envolveu a organização de devolutivas para as pessoas participantes e a sociedade em geral.

#### **Preâmbulo**

As contribuições dos preâmbulos foram todas categorizadas e lidas pela equipe do Ministério da Cultura. Esse conteúdo teve como base as discussões feitas e organizadas a partir da 4<sup>a</sup> CNC e foi submetida à consulta.

No entanto, por recomendação jurídica, foram desconsideradas para o texto final do Plano Nacional de Cultura. Em virtude do Decreto n.<sup>o</sup> 12.002/2024, que desaconselha listas e definições extensas, por possíveis ambiguidades e riscos de exclusão de sujeitos e expressões que possam surgir nos próximos dez anos, a decisão foi de retirar o conteúdo do texto legal. Essa decisão foi corroborada por avaliação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) que destacou a importância de manter o texto legal aberto, inclusivo e juridicamente seguro.

Embora não tenha sido incorporado no texto final, o Ministério da Cultura segue comprometido em reconhecer e valorizar todas essas manifestações e sujeitos, inclusive por meio da implementação do Plano.

## **Princípios, diretrizes e transversalidades**

As contribuições de princípios, diretrizes, preâmbulo e transversalidades foram todas coletadas pela plataforma Brasil Participativo. Por essa razão, a devolutiva foi organizada de modo individualizado e com as seguintes categorias:

### **1. Propostas inéditas ou já previstas legalmente que foram incluídas [incorporadas]**

Contribuições que apresentarem caráter inovador e forem aprovadas na análise técnica ou ainda que já possuem respaldo em normativas e diretrizes vigentes serão adicionadas ao conjunto de princípios, diretrizes e transversalidades do Plano, com explicação sobre sua relevância.

### **2. Propostas incorporadas com alterações**

Contribuições que inspiraram mudanças no texto final, mas não foram aproveitadas exatamente como foram enviadas. Suas ideias principais entraram no Plano, mas com adaptações, ajustes ou combinações com outras contribuições.

### **3. Propostas não incluídas e justificativa [não incorporadas]**

As sugestões que não forem incorporadas ao PNC terão uma justificativa detalhada, explicando os critérios que fundamentaram a decisão, seja por serem sugestões que fogem do escopo do Plano, incompatibilidade com a legislação vigente, inviabilidade técnica ou falta de alinhamento com os objetivos estratégicos do Plano.

A transparência nesse processo de devolutiva é essencial para fortalecer a confiança dos participantes na construção coletiva do PNC e para incentivar o engajamento contínuo da sociedade na formulação de políticas culturais.

## Problemas

As contribuições dos problemas foram todas coletadas pelas oficinas presenciais. Nesse sentido, a partir da sistematização realizada na etapa anterior, a devolutiva foi organizada em um relatório do processo das oficinas que evidencia as aglutinações de problemas e as árvores de cada eixo.

## Objetivos

As contribuições de objetivos foram coletadas nas oficinas presenciais e na plataforma Brasil Participativo. Por essa razão, a devolutiva foi feita da seguinte forma:

**Brasil Participativo:** resposta individualizada de cada contribuição. Para cada resposta, foi devolvido se a proposta seria **incorporada**, indicando onde o conteúdo poderia ser visualizado ou a proximidade com o texto final, **incorporada com alterações**, nos casos em que o conteúdo serviu de inspiração, mas não foi adotado integralmente ou não incorporada. No caso das **não incorporadas**, foi apresentada uma justificativa na resposta.

**Oficinas:** organização de conteúdo aglutinado sobre as principais sugestões, os acréscimos e supressões e o texto de justificativa das decisões para cada um dos objetivos. O conteúdo compõe o relatório de devolutiva das oficinas.

## Metas

As contribuições de metas foram coletadas nas oficinas presenciais e na plataforma Brasil Participativo. Por essa razão, a devolutiva será feita da seguinte forma:

## **Brasil Participativo:**

**I.** encontro com as pessoas que propuseram as propostas mais votadas (2 por eixo): No dia 3 de abril de 2025, foi realizado um encontro em Brasília organizado pelo Ministério da Cultura com 15 participantes das 2 propostas mais votadas por eixo. O encontro foi um momento de devolutiva dos conteúdos e de prestação de contas do processo.



*Encontro com os proponentes das metas mais votadas no Brasil Participativo - Foto Filipe Araújo/ MinC*

**II.** resposta individualizada das 5 propostas de metas mais votadas em cada eixo.

Para cada resposta, será devolvido se a proposta seria **incorporada**, **parcialmente incorporada** ou **não incorporada**. No caso das não incorporadas, será apresentada uma justificativa na resposta e o que será feito com o conteúdo.

## **Oficinas:**

Organização de conteúdo aglutinado sobre as principais sugestões e temas. O conteúdo compõe o relatório de devolutiva das oficinas que conta também com a apresentação das categorizações com rastreamento das propostas por território; um retorno do que foi ou será feito com essas categorias com justificativa da área e uma apresentação do que o Ministério está fazendo no tema.

## Quadro geral da devolutiva

<b>Conteúdo</b>	<b>Origem</b>	<b>Devolutiva</b>
Princípios, diretrizes, preâmbulo e transversalidades	Brasil Participativo	Retorno individualizado na plataforma
Problemas	Oficinas presenciais	Relatório de devolutiva das oficinas
Objetivos	Brasil Participativo e Oficinas presenciais	Retorno individualizado na plataforma  Relatório de devolutiva das oficinas
Metas	Brasil Participativo e Oficinas presenciais	Retorno individualizado das 5 mais votadas na plataforma  Encontro presencial com gestores públicos (3/4/25)  Relatório de devolutiva após a aprovação do PL e elaboração das metas

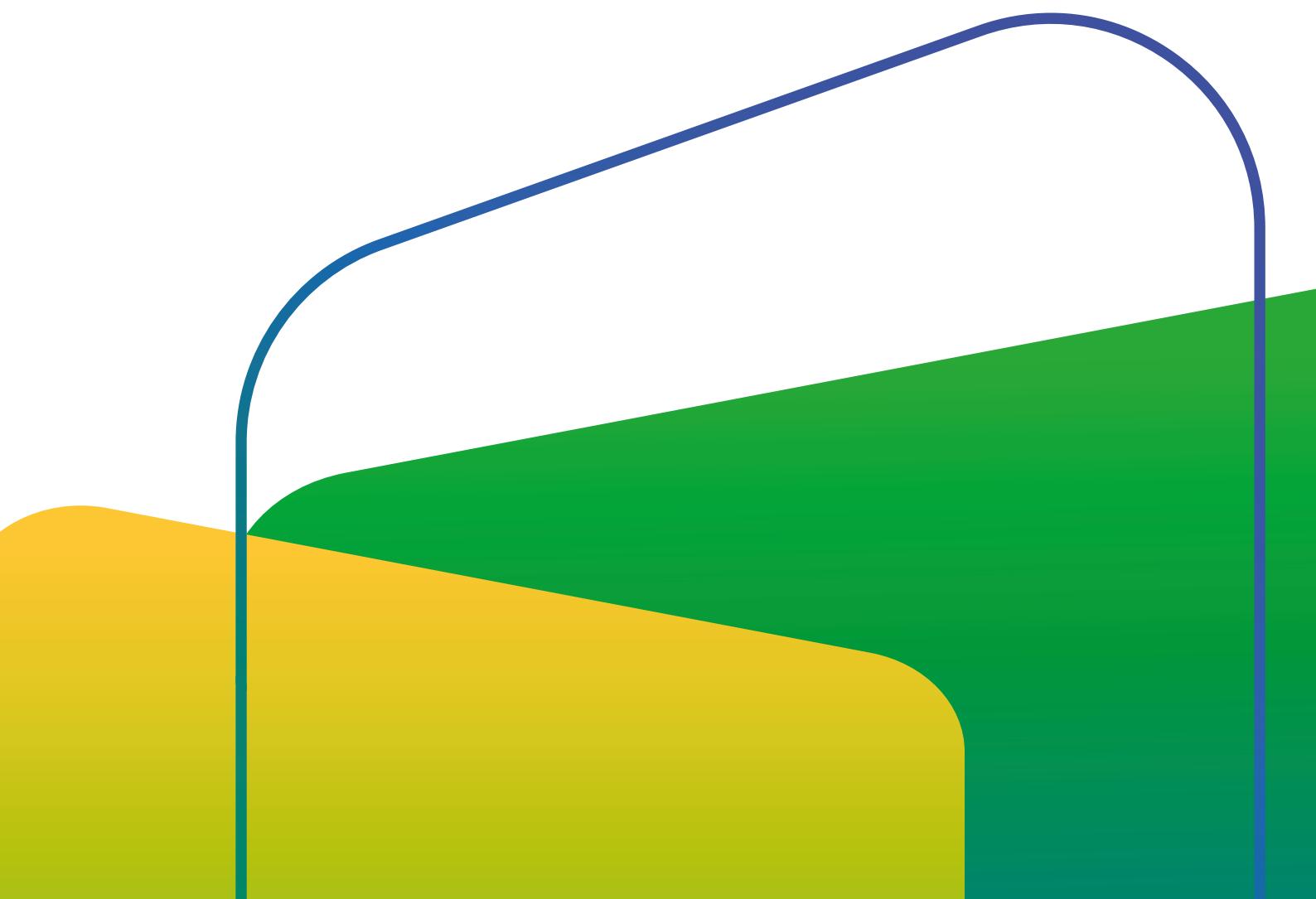
## **CONCLUSÃO**

A construção participativa do novo Plano Nacional de Cultura representa um esforço inovador para consolidar um processo democrático, transparente e metodologicamente estruturado. A combinação de diversas etapas, ferramentas e momentos de escuta ativa garantiu que as vozes da sociedade fossem não apenas ouvidas, mas também incorporadas de maneira qualificada ao planejamento das políticas culturais para os próximos anos. Esse percurso, que articulou participação digital e presencial, sistematização de contribuições e respostas institucionais, permitiu não apenas a elaboração de um documento robusto, mas também o fortalecimento de uma cultura de participação cidadã na formulação de políticas públicas.

A complexidade desse processo exigiu metodologias inovadoras para garantir a rastreabilidade das contribuições, a representatividade territorial e a coerência entre as diferentes fases do debate. A busca por transparência e legitimidade guiou cada etapa, desde o levantamento de problemas até a definição dos objetivos e metas, sempre acompanhada de devolutivas claras para que os participantes pudessem compreender como suas sugestões foram consideradas. Esse compromisso com a escuta e o retorno qualificado fortalece não apenas o Plano Nacional de Cultura, mas também o engajamento contínuo da sociedade na sua implementação e monitoramento.

Além de contribuir para o desenvolvimento de políticas culturais mais alinhadas às necessidades do país, esse modelo de participação pode servir como referência para outros processos de construção coletiva de políticas públicas. A experiência adquirida ao longo desse percurso demonstra a importância de metodologias estruturadas, do uso estratégico de tecnologias abertas e da articulação entre participação digital e presencial. Esses aprendizados podem ser replicados e aprimorados em diferentes contextos, garantindo que políticas públicas futuras sejam cada vez mais democráticas e baseadas em ampla participação social.

Ao consolidar um processo de participação complexo e inclusivo, o novo Plano Nacional de Cultura reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a escuta ativa da sociedade e a formulação de políticas públicas mais legítimas e eficazes. Esse relatório metodológico busca registrar e compartilhar essa experiência, oferecendo subsídios para que novas iniciativas possam ser planejadas com base nos princípios da transparência, da colaboração e do fortalecimento da democracia participativa.



MINISTÉRIO DA  
CULTURA

